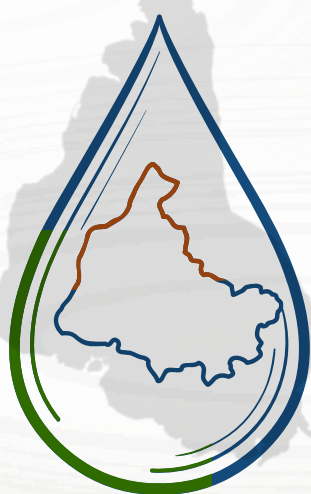




REVISTA DO II ENDHAS

Maio de 2026

É PRECISO ENFRENTAR A PRIVATIZAÇÃO E O RACISMO ESTRUTURAL



Debates profundos nas
onze oficinas e quatro
mesas – páginas 6 a 11

Recomendações de
políticas públicas do II
ENDHAS – páginas 17 e 18

Seis seminários darão
continuidade aos
debates – páginas 19 e 20

ECOS DO II ENDHAS

Quando o ONDAS realizou o I Encontro Nacional de Direitos Humanos à Água e ao Saneamento (I ENDHAS), em dezembro de 2021, buscava-se realizar uma troca horizontal de saberes acadêmico, técnico e popular para concretizar o princípio de “produzir pensamento crítico socialmente referenciado sobre água e saneamento básico”. O evento, coordenado pelos professores Cristina Brandão (UnB) e Rafael Bastos (UFV), foi desenhado no formato de mesas de debate, apresentação de trabalhos técnicos, exposição de relatos de lutas e violações, e condução de oficinas autogestionadas. Todas as atividades tinham a mesma importância, de modo a não hierarquizar os diversos saberes. Em plena pandemia, o evento causou, mesmo sendo de forma remota, o impacto de encontros sinceros e solidários.

Do I ENDHAS nasceu a Campanha Sede Zero, o Dossiê Direitos Humanos à Água e ao Saneamento no Brasil e uma forte articulação entre os movimentos sociais, universidades e sindicatos. No passar destes anos, com cenários complexos de desmonte dos serviços públicos de saneamento no Brasil, o ONDAS foi se consolidando como lugar de crítica e reflexão, e os saberes popular, técnico e acadêmico se entrelaçaram naquilo que mais importa: o saneamento básico como direito humano.

Temas de gênero, racismo ambiental, interseccionalidades e a crise do capitalismo avançaram, se colocando como necessários e urgentes no debate sobre a

privatização.

Quando recebemos a notícia do financiamento do II ENDHAS, em junho de 2025, graças a uma emenda parlamentar do Deputado Federal Joseildo Ramos, já sabíamos que seria obrigatório organizar o evento em torno dessas dimensões. Em uma preciosa parceria entre Fiocruz/MG, Universidade Federal da Bahia e ONDAS, realizaríamos o encontro presencialmente, na cidade de Salvador/BA. Em quase um ano, a nova comissão organizadora, alinhada com os princípios e diretrizes que nortearam o I ENDHAS, buscou garantir a diversidade e a equidade nos debates, com maior participação e representação de mulheres, pessoas negras e outros grupos minorizados, bem como dar destaque para pautas invisibilizadas em outros espaços.

Foram convidados jovens estudantes da UFBA, associados e associadas do ONDAS, líderes sindicais, movimentos sociais, professores universitários para trabalhar em prol de um evento que fosse tão grandioso quanto o primeiro. Em março de 2026, a realidade se mostrou muito maior do que o sonhado. A alegria de rever ou conhecer pessoalmente companheiras e companheiros que pareciam existir somente nas telas de computador gerou uma força e uma esperança impactantes. A saudade daqueles dias de março, abençoados pela Bahia de Todos os Santos, implora pela terceira edição, e que seja logo. Por enquanto, planejam-se os ecos do ENDHAS, e esta revista é o primeiro deles, para ajudar a colocar as ideias no lugar.

Expediente

Comissão Geral do II ENDHAS

Renata Rocha (Ondas), Fernanda Deister (UFBA/Ondas), Priscila Conceição (UFSCAR/Ondas), Patrícia Finamore (UFRJ/Ondas), Suyá Quintslr (UFRJ/Ondas) e Bernardo Aleixo (Fiocruz Minas/Ondas).

Subcomissões

Trabalhos Técnicos : Coordenação - Suyá Quintslr (UFRJ/Ondas) e Thiago Assunção (UFBA/Ondas)

Mesa-Redonda: Coordenação: Renata Rocha (Ondas), Thiago Assunção (UFBA/Ondas) e Patrícia Borja (UFBA/Ondas)

Oficinas e Relatos: Coordenação: Priscila Conceição (UFSCAR/Ondas) e Edson Aparecido (Ondas)

Cultural: Coordenação: Fernanda Deister (UFBA/Ondas)

Financeira: Coordenação: Amauri Pollachi (Ondas) e Renata Rocha (Ondas)

Infraestrutura: Coordenação: Fernanda Deister (UFBA/Ondas).

Comunicação: Coordenação: Washington Lima (UFMG/Ondas)

Capa: Washington Lima (UFMG/Ondas)

Redação e edição: Marcio Godinho

Diagramação: Gabriel Andrade

Organização pensada para propiciar o debate

Com uma Comissão geral e quatro subcomissões, o II ENDHAS ficou marcado pela organização, ótimos debates e troca de experiências. A Comissão geral responsável pela organização do encontro foi formada por Renata Rocha (Ondas), Fernanda Deister (UFBA/Ondas), Priscila Conceição (UFSCAR/Ondas), Patrícia Finamore (UFRJ/Ondas), Suyá Quintslr (UFRJ/Ondas) e Bernardo Aleixo (Fiocruz Minas/Ondas). A coordenação dos trabalhos técnicos ficou a cargo de Suyá Quintslr, a de mesas redondas, com Patrícia Borja, Renata Rocha e Thiago Assunção (UFBA). A das Oficinas e Relatos, foi de responsabilidade de Edson Aparecido (Ondas). Já coordenação cultural foi feita por Fernanda Deister, a Financeira por Amauri Pollachi (Ondas) e a Comunicação ficou a cargo de Washington Lima (UFMG/Ondas).

Renata Rocha destaca o esforço pessoal de muitos: “Na subcomissão de mesas, por exemplo, Thiago Assunção (UFBA), que trabalhou na infraestrutura do evento, desenhou a mesa sobre interseccionalidades com tanto cuidado e determinação que propiciou o espaço de maior emoção do evento, com debate entre quatro pessoas negras, com falas tão impactantes que arrancaram lágrimas de boa parte da plateia”.

Renata Rocha chamou a atenção para o aspecto integrador e multidisciplinar dos debates. “Enquanto Patrícia Borja (UFBA) nos provocava a pensar sobre a crise do capitalismo, que explica os processos violentos de privatização do saneamento que estamos vivendo no Brasil, Thalita Verônica, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, mostrava como esse processo pode impactar o acesso à tarifa social e, conseqüentemente, subjugar os mais pobres e mantê-los apartados dos direitos humanos à água e ao saneamento.

Já os debatedores da mesa de tecnologias sociais e gestão comunitária dos serviços de saneamento discutiram a necessidade de participação do Poder Público, superando o assistencialismo e promovendo desenvolvimento comunitário e, ao mesmo tempo, analisando os riscos da privatização do saneamento”.



“O ENDHAS reforçou e criou conexões entre pessoas que acreditam que água e saneamento são direitos humanos ainda a serem conquistados e que lutam todos os dias para que isso seja assegurado. Foi um evento especial por ter sido construído de forma coletiva, principalmente por mulheres, e com expressiva presença (e participação na organização) de jovens estudantes da UFBA”.

Fernanda Deister
(UFBA/Ondas)

II ENDHAS teve grande apoio institucional

Realização conjunta do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Instituto René Rachou, da Fiocruz Minas, o II Encontro Nacional dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento (II ENDHAS) foi financiado por emenda parlamentar do deputado Joseildo Ramos, integrante da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Público do Congresso Nacional. E teve patrocínio da Empresa Baiana de Saneamento (Embasa). E con-

ntou com o apoio imprescindível de várias instituições que atuam no setor: Centro de Estudos em Saneamento Além do Domicílio (Cesad), Associação Baiana de Saneamento, Pró-reitoria de Extensão, Departamento de Engenharia Ambiental da UFBA, Programa Aguapura, da UFBA, Grupo de Pesquisa em Meio Ambiente, Água e Saneamento (Maasa), PET Engenharia Sanitária e Ambiental, Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado da Bahia (Sindae) e CREA Bahia.

Mais de 350 pessoas participaram do II ENDHAS



Militantes do Coletivo Elas por Elas, RJ

O II ENDHAS reuniu profissionais, estudantes, acadêmicos e movimentos sociais, mobilizados para debater o déficit do saneamento no país e a privatização do setor, que viola os direitos humanos à água e ao saneamento.

O evento aconteceu na Escola Politécnica da UFBA, com quatro mesas de debates, onze oficinas autogestionadas e três sessões de apresentação dos 62 trabalhos técnicos. Ao todo, foram 22 horas de debates e proposições para a construção de uma agenda de mudança de rumo da política brasileira de saneamento básico, que está viabilizando a oligopolização e a financeirização de um serviço essencial.

A participação de organizações e movimentos sociais foi um dos destaques do evento. Marcaram presença representantes do MAB, Comissão de Comunidades Quilombolas do Rio Doce, Instituto Encruzilhada, Coletivo Elas por Elas, Vida Brasil, ASA, Ondas, Instituto Mamirauá, Colaboratório PopRua, MNPR Bahia, Aliança Pela Alimentação Saudável, Coletivo Nacional do Saneamento, AGB, FASE, CONAM, NACAB, RedVida, Plataforma de Acordos Comunitários das Américas e diversos sindicatos.



“Foi muito especial conhecer pessoas de diferentes países, trocar experiências e compreender as especificidades do saneamento em outras realidades. Esses diálogos ampliam nossa visão e fortalecem a busca por soluções mais justas e eficientes”.

Poliana Machado

Central de
Associações
Comunitárias Caetité
Bahia

Enfrentar a privatização é a principal batalha

A realidade do racismo estrutural que marginaliza determinadas faixas da população, em especial as comunidades quilombolas, indígenas e periféricas e a população de rua, todas elas marcadas pela presença majoritária de homens e mulheres negros, marcou profundamente a pauta do II ENDHAS. Ficou claro que essa marginalização é ainda maior no cenário de privatização dos serviços de saneamento, uma vez que as empresas privadas, focadas no lucro, não têm interesse em atender a esse público.

Enfrentar a privatização, portanto, é a batalha principal da luta pelo direito humano à água e ao saneamento. As discussões e reflexões, enriquecidas por relatos da realidade de comunidades periféricas, pela experiência de movimentos sociais e por dados e estudos acadêmicos, apontaram caminhos possíveis para reverter as desigualdades raciais no saneamento, que atingem de forma ainda mais grave as mulheres negras.

Patrícia e Moraes: exemplos de compromisso

Foi marcante a comoção dos participantes do II ENDHAS quando a coordenadora geral do Ondas, Renata Rocha, anunciou a homenagem a dois dos seus sócios fundadores, ambos professores da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

Os companheiros são militantes combativos dos direitos à água e ao esgotamento sanitário, com longa trajetória de contribuição sistemática às lutas do povo baiano e brasileiro pela universalização do saneamento de qualidade.

Patrícia Borja, engenheira sanitária, é mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA, onde é professora e pesquisadora do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental. Patrícia se dedica aos temas saneamento, gênero e raça; política, gestão e planejamento em saneamento básico; tecnologias sociais no semiárido baiano; saneamento em periferias urbanas; tecnologias apropriadas para o esgotamento sanitário e a relação saúde-saneamento. Já Luiz Roberto Moraes recebeu em 2022 o título de Professor Emé-



Renata Rocha, Patrícia Borja e Luiz Moraes

rito da UFBA, depois de uma carreira de mais de quarenta anos como professor do Departamento de Engenharia Ambiental da UFBA. Moraes é mestre pela Universidade de Delft, na Holanda e doutor em Saúde Ambiental pela Universidade de Londres, tendo realizado vários pós-doutorais em Portugal e na Espanha. Tem trabalhado principalmente nos campos do saneamento ambiental, saúde ambiental e política, gestão e planejamento de saneamento básico. É também um dos fundadores do Grupo Ambientalista da Bahia-GAMBÁ em 1982.

Tradições de Salvador na programação cultural



“O ENDHAS foi um espaço para debates muito invisibilizados no campo do saneamento, sobretudo na engenharia. Não podemos perder de vista que o foco principal é atender bem a todas as pessoas, sem distinções”

Patrícia Finamore

UF RJ/Ondas

O ENDHAS contou com uma surpreendente programação cultural, com a apresentação do grupo de percussão Oficina dos Sons, formado por mulheres, que mostraram seu repertório ligado às tradições da batucada de Salvador nos intervalos entre as mesas.

No último dia do evento, o poeta Atanail Barros fez uma apresentação de poesia afrocentrada, dialogando com os temas debatidos, especialmente o acesso à água e a denúncia das desigualdades.



É melhor não privatizar

As onze oficinas realizadas nos três dias do II ENDHAS debateram a realidade do saneamento no país por diferentes abordagens. Foram muitas as denúncias de distorções, manipulações e ações contrárias ao interesse público. A questão central está na mercantilização da água, que transforma um direito humano em produto e compromete o princípio da universalização, afetando de forma mais intensa as populações mais invisibilizadas, por ser um modelo marcado pelo racismo estrutural. Além disso, a criação de oligopólios no setor pelas empresas associadas a fundos financeiros internacionais inviabiliza o uso de tecnologias sociais e arranjos institucionais.



Os processos de privatização estão gerando elevação nas tarifas, redução da qualidade da prestação dos serviços, corrupção, subinvestimentos e retrocessos nos direitos humanos. A conclusão natural dos debates foi a de que é melhor não privatizar, pois o custo da reestatização também é elevado.

Debates intensos nas 11 oficinas

As 11 oficinas abordaram uma ampla variedade de temas.

Oficina 1 – Racismo Ambiental e Direito à Água: Como as privatizações e a mercantilização do serviço aumentam a exclusão.

Oficina 2 – Interseccionalidades do acesso: impactos e desafios diante da privatização – quem fica de fora?

Oficina 3 – Privatização dos serviços na periferia metropolitana do Rio de Janeiro: reprodução de desigualdades e tecnologias sociais como forma de resistência.

Oficina 4 – Avançar no enfrentamento do oligopólio privado do saneamento no Brasil.

Oficina 5 – O aumento das privatizações e o impacto na garantia do Saneamento em territórios tradicionais: autonomia e dignidade.

Oficina 6 – Privatização, financeirização e oligopolização do saneamento no Brasil.

Oficina 7 – Mudanças Climáticas, Saúde e Segurança Hídrica: Conexões Vitais.

Oficina 8 – Água e Saneamento nos Espaços Públicos em tempos de privatização.

Oficina 9 – Água em Nossas Mãos: Experiências de Gestão Comunitária no Brasil e América Latina.

Oficina 10 – A dificuldade do avanço no Saneamento Rural e a implantação de Tecnologias Sociais e Justiça Hídrica em cenário de privatizações.

Oficina 11 – A Tarifa Social de Água e Esgoto (TSAE) como Instrumento de Justiça Social e Climática.



O ENDHAS II foi uma verdadeira virada de chave ao me permitir ouvir quem constrói essa luta há anos e quem segue atuando hoje, consolidando em mim o compromisso de, como futuro engenheiro, contribuir para que os direitos humanos à água e ao saneamento sejam efetivos para toda a população.

Eliseu Marques

estudante da UFBA



“O ENDHAS foi um evento maravilhoso para conhecermos como os companheiros de outros países da América Latina fazem o enfrentamento na luta pela sustentabilidade da água e contra a privatização”.

William Dantas

Secretário geral do
Sindágua PB e
diretor da FNU.



A privatização é um mecanismo de aprofundamento das desigualdades

Os impactos da privatização não são distribuídos de forma homogênea, recaindo de forma mais intensa sobre populações historicamente vulneráveis, especialmente as comunidades negras, quilombolas, indígenas e periféricas. São elas que ficam de fora de planos de prestação de serviços privados, que tendem a abandonar áreas “não rentáveis”, reforçando processos de exclusão estrutural.

As oficinas do II ENDHAS avaliaram que o acesso à água e ao saneamento é profundamente desigual, caracterizado por múltiplos marcadores sociais, como raça, gênero, classe, território, deficiência e identidade de gênero, que operam de forma interseccional na produção de vulnerabilidades.

Foi fortemente denunciada a restrição crônica de acesso dessas populações a instalações públicas adequadas de água, como bebedouros e banheiros, que afeta principalmente as mulheres e mães solo, especialmente as mulheres trans e as negras, que sofrem com a falta de água, de higiene e de infraestrutura.

Também foi destacada a falta de acesso dessas populações a infraestruturas de conforto térmico, como áreas verdes, árvores, locais de descanso e névoa refrescante, confirmando que a crise da mudança climática atinge principalmente as populações em precárias condições sociais, o que exige a denúncia da destruição ambiental e o fortalecimento da luta pela preservação das reservas florestais remanescentes.

O que fazer?

A participação popular nas decisões relativas ao saneamento é essencial. Para isso, é preciso preparar lideranças, disseminar informação e formação e construir e implementar um programa nacional de educação ambiental, inclusive com a inclusão do tema nas escolas públicas.

No caso dos povos tradicionais e grupos racializados, é preciso desenvolver programas específicos que respeitem suas particularidades culturais e territoriais.

Na luta pela garantia do direito humano à água e ao saneamento, assegurar um volume mínimo de água para todas as pessoas, principalmente em contextos de escassez e de intermitência prolongada ou de baixa qualidade da água, são ações fundamentais. Esses desafios passam pelo fortalecimento das tecnologias sociais, como cisternas de captação de água de chuva, pela construção de um cadastro de tecnologias sociais e pela integração de conhecimentos e experiências dos diversos estados brasileiros e de outros países da

América Latina..

Quanto à criação de agendas positivas, é necessária a atuação direta nas câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional com projetos e demandas participativas.

Outra necessidade é a de intensificar a articulação entre Ministério Público, Defensorias, movimentos sociais e outros.

Finalmente, em termos políticos, foi sugerida a inclusão do saneamento nos planos de governo dos candidatos, além de reeleger Lula e renovar o Congresso Nacional.

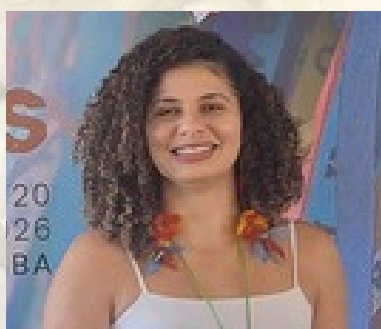


Tarifa social

As oficinas defenderam a construção de caminhos para viabilizar a implementação da tarifa social de forma ampla (Lei 14.898/2024), como um passo para avançar para a Tarifa Zero para as famílias em vulnerabilidade social. Outros desafios são acabar com a falta de articulação interfederativa dos órgãos responsáveis pelo saneamento e inserir o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) na agenda política e no orçamento do Governo.

Também foi defendido o fortalecimento do trabalho de pesquisa e extensão universitária sobre saneamento.

Outra ação necessária apontada nas oficinas do II ENDHAS é a ocupação de espaços sociais, como conselhos municipais, conferências e audiências públicas.



“O encontro me atravessou muito. Me senti verdadeiramente contemplada na Mesa Interseccionalidades, composta por pessoas pretas, com autoridade de fala e de atuação, expondo as dores e a raiva pelas violações de direitos e pelas ausências de políticas públicas”.

Jéssica Ayra

Funasa MG

Mesas debatem obstáculos e caminhos para garantir água e saneamento

As quatro mesas redondas do II ENDHAS promoveram debates centrais para compreender os entraves à efetivação dos direitos humanos à água e ao saneamento. A mesa de abertura discutiu a natureza do Estado e das políticas públicas no capitalismo contemporâneo, bem como os caminhos possíveis para sua transformação. Já a mesa 2, dedicada às interseccionalidades, aprofundou a discussão sobre o racismo estrutural a partir das experiências e leituras de quatro debatedores negros. Para o mediador Thiago Assunção, as reflexões, denúncias e proposições foram construídas “com muito cuidado, pois falamos de uma verdade que acontece dentro dos territórios negros”.



Na mesa 3, sobre as tecnologias sociais e a gestão comunitária dos serviços, ficou clara a urgência de “aprimorar e avançar em políticas públicas que fomentem e apoiem a ampliação de soluções com tecnologias sociais e de apoiar instrumentos de gestão comunitária desses serviços”, como diz Bernardo Aleixo, da Fiocruz Minas.

Por fim, a mesa de encerramento concentrou-se na discussão da privatização dos serviços de saneamento, apontando a incompatibilidade entre os direitos humanos à água e ao saneamento e a lógica de lucro da iniciativa privada.

O que é público deve permanecer público

A Mesa 1 debateu o déficit persistente do saneamento básico e como superá-lo. Ficou claro que a privatização se articula à ordem capitalista neoliberal e reduz investimentos públicos.

Foram feitas muitas críticas às agências reguladoras por não assegurarem a implementação da tarifa social, e ao oligopólio da Aegea, ao lado de denúncias de corrupção na obtenção de contratos.

O trabalho do Coletivo Elas por Elas, que distribui kits de higiene pessoal para as trabalhadoras de rua no Rio de Janeiro, foi muito elogiado, como referência de mobilização social. A mesa defendeu a ampliação do debate sobre um mínimo vital de água potável por pessoa, juntamente com a revogação da Lei 14.026/2020 e a construção de um novo marco legal.

Outras propostas: retomada de metas e investimentos; vinculação da tarifa social à justiça social e climática; articulação de moradia popular com saneamento; busca de tecnologias adequadas aos territórios; criação de programas para saneamento além do domicílio e inclusão do volume mínimo gratuito na estrutura tarifária e a defesa de que “o que é público permaneça público”.



“O II ENDHAS foi um espaço de construção coletiva de caminhos para garantir o direito humano à água e ao saneamento. O encontro evidenciou que o acesso à água e ao saneamento segue marcado por desigualdades estruturais, racismo ambiental e barreiras institucionais”.

Thalita Verônica Gonçalves

Defensora pública de SP

A urgência de uma ética antirracista

Quatro pessoas negras (dois docentes e duas lideranças comunitárias) debateram o racismo estrutural na mesa Interseccionalidades, mediada por Thiago Assunção. Participaram a professora Elizabeth Pinto (Serviço Social/UFBA), o professor Vítor de Jesus (Ciências Sociais UFES), Ana Caminha, liderança da Gamboa de Baixo, Salvador, e a vereadora Eliete Paraguaçu, liderança quilombola da Ilha de Maré, em Salvador. O debate combinou reflexão, denúncia e proposição.

Ana Caminha relatou



a precariedade habitacional, a falta ou insuficiência de saneamento e a consequente perda de dignidade em uma realidade que atinge principalmente os negros em Gamboa de Baixo.

Eliete denunciou a contaminação das águas pelas indústrias, a dificuldade de acesso a água de qualidade e a ausência de rede de esgoto na Ilha da Maré.

Elizabeth falou como as mulheres são mais expostas a violências em áreas sem saneamento. E Victor fez uma abordagem histórica, ligando a falta de saneamento à

permanência de estruturas coloniais e à concentração branca na gestão das empresas e Poder Público.

Também foi apontada a urgência de se construir uma ética antirracista nas políticas públicas e nas empresas, para garantir acesso igualitário e justiça social. Os debates escancararam as violações constantes ao direito à água e ao saneamento

“Foi uma mesa onde havia conexão entre as pessoas, uma coletividade e um cuidado naquilo que estávamos expondo, pois estamos falando de uma verdade que acontece dentro dos territórios negros”, definiu Thiago.



“Foi uma mesa com uma fala muito afetuosa, com muitos afetos, com muita indignação, com muito choro, com muita emoção porque a gente está falando de vidas que são perdidas por doenças que são evitáveis, por doenças que são negligenciadas”.

Victor de Jesus

Professor da UFES

Incentivar o protagonismo das comunidades é urgente

A Mesa 3 debateu tecnologias sociais e a gestão comunitária dos serviços, fazendo denúncias e apontando alternativas e iniciativas. Uma das denúncias foi a falta de envolvimento do Estado nas lutas pela água. É o caso da Central Caetité, que atua na Bahia sem contar com apoio do governo estadual. Os debatedores ressaltaram a importância do protagonismo das comunidades e do aprimoramento da gestão de usos múltiplos da água. A organização comunitária com enfoque técnico e social, a superação do assistencialismo e o fortalecimento da institucionalidade em oposição à autogestão são essenciais.

Os debatedores defenderam a utilização de campanhas de uso racional da água, a agroecologia, o protagonismo local e a valorização do território como formas de fortalecer a gestão comunitária. Outras propostas foram a realização da gestão do esgoto focada no reúso de água e a integração da captação de água de chuva a outros usos.

“El agua non se vende! Se ama y se defende!”

Na mesa 4, Maria Selva Ortiz, da Redes Amigos de la Tierra, abordou a “Reforma da Água” no Uruguai, que estabeleceu no início dos anos 2000 a exclusividade pública no fornecimento de água. Essa vitória foi, segundo ela, resultado da mobilização popular, que levantou a bandeira “El agua non se vende! Se ama y se defende!”. Mesmo assim, há desafios, principalmente o de garantir os processos participativos. Maria Selva denunciou ainda que multinacionais querem investir em saneamento rural apenas a partir de grandes obras de infraestrutura, sem considerar as realidades locais.

Suyá Quintslr, da UFRJ, abordou as formas de racismo ambiental, lembrando que o déficit de atendimento também está nas famílias que não podem pagar pela água. “É um setor que está mais preocupado com a saúde da empresa do que com a saúde dos cidadãos”. Suyá criticou a ideia da autossustentabilidade tarifária dos SAA e afirmou ser uma contradição existir isenção de tarifa para vários serviços públicos essenciais, como luz e gás e não existir para a água. “O não fornecimento de água empurra as pessoas para a morte ou para a ilegalidade”.

Para Fábio Giora, do Sindaema/ES, a privatização resulta em demissões, violações de direitos trabalhistas e terceirização. Ele ressalta que a Lei 14.026/2020, aprovada no governo Bolsonaro, teve como função não a universa-



“Saímos com a certeza de que não estamos sozinhos”

lização, mas a privatização. Marcos Montenegro, do Ondas, destacou que estamos vivendo tempos muito estranhos, de ascensão do fascismo. Ele criticou a qualidade dos contratos de privatização, a financeirização e oligopolização do saneamento e a captura do Estado pelo setor corporativo, resultando na exclusão dos mais necessitados dos projetos de saneamento. E afirmou que há corrupção nos contratos de privatização, com o apoio de políticos.

Propostas

A luta contra a privatização dos serviços de saneamento demanda trabalho de base, organização social, solidariedade entre os movimentos e fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores.

Uma das principais conclusões do encontro, foi a necessidade de levar esse debate para as comunidades e, nesse contexto, a isenção da tarifa de água foi apontada como uma bandeira poderosa.

Uma ação imediata é mobilizar a sociedade para pressionar o Congresso Nacional para aprovar o projeto de lei que estabelece a água como direito humano no Brasil.

A conclusão final: “saímos desse evento com a certeza de que nós não estamos sozinhos”.



“No II ENDHAS sentimos o racismo ambiental, denunciemos as injustiças do sistema, mas há resistência, alianças e mobilização para encontrar alternativas e construir outro modelo em que as populações estejam no centro e não as corporações e seu lucro insaciável”.

Maria Selva Ortiz

REDES - Amigos de la Tierra de Uruguay

Relatos de violação escancaram desigualdades sociais

Os relatos de violação do direito humano à água e ao saneamento foram dos momentos mais emocionantes do II ENDHAS. Foi impactante ouvir diretamente dos protagonistas as histórias da luta por dignidade nas periferias das cidades, que convivem com uma realidade inaceitável. Os relatos revelaram casos absurdos, como a prática conhecida como pau da gata, que é a defecação a céu aberto, tão comum na Amazônia. E tantos casos de racismo estrutural, que humilham a população de rua e das comunidades indígenas e quilombolas.

E revelaram a realidade do Chile, de El Salvador e Equador, países onde a luta



contra os interesses capitalistas e neoliberaisna defesa do direito à água mostra a força do protagonismo popular. Os casos concretos relatados provocam a reflexão, a troca de experiências e a vontade de agir, porque a luta é a mesma em todos os lugares onde são violados os direitos humanos à água e ao saneamento.

Em Petorca, um abacateiro recebe mais água do que uma pessoa

Magdalena Morgan, geógrafa e gestora comunitária de água em Petorca, Chile, denuncia a violação do direito à água na região, causada pelo modelo neoliberal implantado na ditadura de Pinochet (1973–1990), que foi mantido após a democratização. A Constituição de 1980, ainda vigente, e o Código de Águas de 1981 seguem a lógica de mercado e permitiram a compra, venda e concentração da água.

O modelo agroexportador, especialmente de frutas, concentrou os direitos de uso da água, sufocando a agricultura familiar. Na decretação de escassez hídrica da bacia do Rio Petorca, em 2008, empresários agrícolas se apropriaram de direitos e infraestrutura. Enquanto um abacateiro consumia 200 litros por dia, pessoas sem fontes naturais chegaram a receber 50 litros diários. Petorca tornou-se símbolo nacional do desabastecimento e da violação do direito de acesso à água.

Em 2012, foi decretada zona de catástrofe, e outra vez os recursos foram sobretudo para o setor agrícola. “A escassez não é resultado apenas de fatores naturais, mas também de um Estado que não possui instrumentos de gestão de bacias e de planejamento territorial e que atua subordinado às leis de mercado”, define Magdalena.



“O reconhecimento internacional de direitos essenciais como a água e o saneamento nos ajuda a lembrar que nossos direitos não são negociáveis, que merecemos construir vidas dignas e que devemos resistir e proteger nossas formas de vida”.

Magdalena Morgan

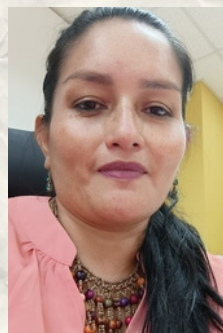
Gestora comunitária de água em Petorca, Chile

Água tem gestão comunitária no Equador

A Constituição do Equador estabelece que a gestão da água deve ser pública ou comunitária. Mas há desafios e incertezas, já que a Lei dos Recursos Hídricos foi declarada inconstitucional. Nas províncias de Sucumbíos e Orellana, na Amazônia, os conselhos de água fortalecem a gestão comunitária e nas áreas rurais, eles suprem a falta de cobertura dos governos autônomos descentralizados, gerenciando diretamente a construção de seus sistemas. E são os próprios conselhos de água que assumem a liderança da administração e manutenção do serviço, por meio de uma gestão comunitária, participativa e inclusiva que busca garantir o direito humano que é essencial para uma vida digna.

Outra característica dos Conselhos na Amazônia do Norte é a participação igualitária de mulheres e homens na tomada de decisão, reconhecendo o papel histórico das mulheres na gestão, cuidado e distribuição da água em suas comunidades.

Os expositores foram Rosa Vera, presidente do Conselho de Águas de Llurimagua, Sucumbíos, Stalin Troya, presidente do Conselho de Águas de Las Palmeras, Orellana, e Miriam Vásquez, técnica da organização da sociedade civil Engenharia Sem Fronteiras no Equador.



Miriam Vasquez

Engenharia
Sem Fronteiras,
Equador

“Falar sobre a violação dos direitos humanos torna visíveis as injustiças com as quais muitos vivem em silêncio. A expressão e denúncia desses fatos geram conscientização, fortalecem a justiça e motivam a sociedade a buscar mudanças”.

Repressão política e perseguição em El Salvador

O relato de Kelis Rodriguez, da RedVida de El Salvador, sobre a grave situação política no país, foi impactante. O violento regime de exceção de Nayib Bukele persegue os protestos sociais e criminaliza a juventude. Já foram registradas mais de 500 mortes nas prisões salvadorenhas e há mais de 90 mil pessoas detidas sem julgamento. A resposta às acusações de crimes contra a humanidade tem sido mais repressão por parte do governo.



Kelis Rodriguez

Nesse contexto, a luta pelo direito à água e ao saneamento também entra na mira da repressão. A Lei da Água prioriza o setor privado nas autorizações de uso e aproveitamento da água; há um claro assédio às mais de 25 mil juntas de água que existem em El Salvador. Com isso, apenas cerca de 650 delas conseguiram se registrar, enquanto no setor privado foram registradas 18 mil empresas. E a lei de Recursos Hídricos avalia as juntas de água rurais com os mesmos critérios de uma empresa privada.

O retrocesso também é enorme no setor de mineração. A proibição da mineração prevista em lei de 2017 foi revogada em 2021. Como El Salvador tem uma densidade de 308 habitantes por quilômetro quadrado, a mineração significa morte no país. A repressão aos ambientalistas é pesada, com perseguições e encarceramentos. Vários militantes tiveram que se exilar em outros países para evitar a prisão.



"O II ENDHAS confirmou que valorizar a coletividade e as diversas representatividades (raça, gênero, idade e cultura) é o único caminho para agregar outros saberes. Além disso, reafirmou que a sensibilidade e a afetividade são verdadeiros instrumentos de luta e de transformação social profunda."

Washington Lima

UFMG/Ondas



Foto - Agência Brasil

A realidade do pau da gata nas comunidades ribeirinhas do Amazonas

João Paulo Borges Pedro, pesquisador do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, relatou as gritantes violações dos direitos à água e ao saneamento na cidade de Tefé e na região do Médio Rio Solimões, no Amazonas.

Em Tefé, com 74 mil habitantes, o serviço de abastecimento de água, prestado pelo historicamente sucateado e deficitário SAAE, é precário e intermitente. A água provém de cerca de 20 poços que fazem o bombeamento da água do subsolo para uma grande caixa d'água e é distribuída diretamente para a população por gravidade, sem nenhum tratamento. A água chega suja e com evidente contaminação.

No Porto da cidade, não há banheiro para ninguém. Diariamente atracam grandes embarcações, os recreios, de 30 a 50 toneladas, vindos de Manaus, trazendo mercadoria e pessoas. Os carregadores informais das mercadorias não têm onde fazer suas necessidades e se viram como podem. Não há nem mesmo água para beber. Nas comunidades ribeirinhas, não há rede de abastecimento de água. As

mulheres carregam água na cabeça e lavam roupa na beira do rio, onde também toma banho grande parte dos moradores.

As condições de esgotamento são ainda piores. Na falta de fossas sépticas, é comum a prática do pau da gata, que é a defecação a céu aberto, em que a pessoa fica acorçada em cima de um tronco de árvore caída para fazer suas necessidades. São muitos os relatos de ataques de onças, cobras, abelhas e aranhas, e até jacarés, na época das cheias, além de constrangimentos, principalmente para as mulheres, pela falta de privacidade.

Quando há fossas, são rudimentares, um simples buraco escavado no chão, geralmente cercado por uma casinha de madeira precária e improvisada. Em ambos os casos, existe a contaminação direta do solo e alta exposição às doenças.

A água de beber é tratada em casa de forma rudimentar. Ou toma-se água da chuva, quando as famílias têm recipientes para armazenar, ou as famílias retiram a água do rio, colocam para "assentar" (sedimentação), coam o sobrenadante e essa é a água de beber.

O II ENDHAS terminou no Grito da Água

O Grito da Água, evento idealizado há 26 anos pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia, SINDAE e apoiado por diversas entidades, foi o destino natural dos participantes do II ENDHAS. Sempre acontecendo no dia 22 de março, dia Mundial da Água, a manifestação reúne a

sociedade civil organizada com faixas, bandeiras, cartazes e palavras de ordem, no trajeto que vai de Campo Grande até a icônica Praça Castro Alves, em Salvador. “Um espaço de luta, resistência e articulação contra a privatização da água e na defesa do meio ambiente e da classe trabalhadora”, segundo Edmilson Barbosa, membro do Ondas e um dos organizadores.

Edmilson ressaltou o papel do grito da Água na mobilização popular contra a tentativa de privatização da Embasa e disse ser preciso também mobilizar as pessoas contra as transformações climáticas. “Precisamos pensar na forma como as cidades são projetadas para as pessoas e como iremos enfrentar as mudanças no clima”.



Primeiro ENDHAS pautou nova visão

O I ENDHAS aconteceu de 9 a 11 de dezembro de 2021, no formato remoto, em plena pandemia da Covid-19. E deixou contribuições importantes para o debate sobre o direito à água e ao saneamento básico. Foram apresentados trabalhos de pesquisa sobre acessibilidade econômica e tarifa social; crítica aos processos de privatização; saneamento em assentamentos precários; saneamento rural e em comunidades tradicionais e indígenas. No evento foi lançado o e-book Olhares sobre a realização dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento, produzido pelo Ondas, de autoria de Léo Heller, Marcos Montenegro e Ricardo Moretti, disponível em:

<https://ondasbras.org.wp-content/uploads/2021/12/Olhares-sobre-a-relacao-dos-DH-e-book.pdf>.

E ali nasceu a Campanha Sede Zero, que propõe nove medidas para garantir o acesso pleno à água e ao esgotamento sanitário a todas as pessoas. Entre elas, assegurar o volume mínimo de água necessário à preservação das condições de saúde e higiene das famílias e implementar tarifa social de água e esgoto. A Campanha Sede Zero também propõe incorporar o direito humano à água e ao saneamento como diretriz da Lei 11445/2007.

Para Rafael Bastos, professor titular da UFV, que coordenou o evento junto com a professora Cristina Brandão, da UnB, “o I ENDHAS foi a concretização da própria gênese do Ondas, que é o encontro de pautas, agendas, movimentos e lideranças populares. Ele plantou o embrião e a sequência se concretizou no segundo ENDHAS. Que tenha vida longa”.



“Considerando o intenso processo de privatização dos serviços de saneamento que estamos enfrentando no Brasil, o ENDHAS reforça nosso lema de que água é direito e não mercadoria.”

Edson Aparecido

Sec. Executivo
do Ondas



Recomendações para a Política Nacional de Saneamento no Brasil

No II ENDHAS ficou evidenciado que o saneamento básico no Brasil deve ser tratado não apenas como infraestrutura, mas como um direito humano fundamental, diretamente relacionado à saúde pública, à justiça social e à redução das desigualdades. O encontro destacou que os déficits históricos de acesso à água e ao saneamento atingem de forma desproporcional populações negras, periféricas, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e pessoas em situação de rua, revelando a permanência do racismo ambiental e das desigualdades territoriais no país.

As seguintes recomendações consideradas necessárias para aperfeiçoar a política pública de saneamento básico no Brasil foram sistematizadas a partir das discussões em todo o encontro:

Fortalecimento da prestação pública dos serviços de saneamento, com revisão crítica dos processos de privatização ampliados após a Lei nº 14.026/2020

Há hoje no Brasil um processo acelerado de privatização dos serviços de água e saneamento, que tem sido feito de forma problemática, concedendo os serviços para as empresas privadas que oferecem o maior valor à vista aos cofres públicos, na forma de outorgas, com plano e metas preparados de forma expedita e precária. Não tem sido exigido compromisso de aplicação dos recursos da venda das empresas públicas na melhoria dos serviços de saneamento. Essas concessões apresentam resultados nefastos: aumento das tarifas e má qualidade dos serviços, comprometendo, inclusive, a qualidade da água potável. Novos processos de concessão, ainda mais feitos dessa forma, não podem ser admitidos. Tampouco pode persistir a falta de controle popular sobre a prestação dos serviços de saneamento, que têm forte impacto na saúde coletiva.

Atualização do marco regulatório

A lógica de mercantilização da água tende a excluir territórios considerados “não rentáveis”, elevar tarifas e enfraquecer mecanismos de universalização. Assim, recomenda-se a atualização do marco regulatório para que priorize o interesse público, incorpore os direitos humanos à água e ao saneamento e considere os impactos das mudanças climáticas sobre a segurança hídrica.

Implementação efetiva da Tarifa Social de Água e Esgoto prevista na Lei nº 14.898/2024

A Tarifa social deve incorporar, além dos inscritos no CadÚnico, critérios de territorialidade associados à criação de políticas de garantia de um mínimo vital de água potável e caminhar para uma política de tarifa zero. O acesso à água e ao esgotamento sani-



“O encontro ajudou a aproximar novos parceiros do ONDAS, incluindo movimentos sociais, pessoas de outros países da América Latina e um grande número de jovens. Nosso desafio agora é manter as pessoas mobilizadas, a partir da incorporação de pautas que ganharam centralidade no encontro, como o racismo ambiental e a luta pelo mínimo vital de água potável”.

Suyá Quintslr (UFRJ/ONDAS)

tário deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente dos locais e das condições de moradia e não pode depender exclusivamente da capacidade de pagamento das populações mais pobres, especialmente em um cenário de crise climática e insegurança hídrica. Garantir um volume mínimo gratuito de água por pessoa é medida essencial de justiça social e sanitária, experiência já adotada em outros países e em alguns estados brasileiros.

Fortalecimento do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR)

Trata-se de uma prioridade estratégica. Comunidades rurais, quilombolas, ribeirinhas e tradicionais seguem excluídas das políticas estruturantes do setor, convivendo com abastecimento precário, ausência de tratamento de esgoto e soluções improvisadas que ampliam riscos sanitários e ambientais. Para enfrentar esse cenário, é necessário ampliar investimentos públicos, incluir o PNSR no orçamento federal de forma permanente e estimular tecnologias sociais adaptadas às realidades locais, como cisternas de captação de água da chuva, sistemas simplificados de tratamento e gestão comunitária da água, com apoio técnico e financeiro de órgãos governamentais, universidades, organizações não governamentais etc.

Abordagem interseccional nas políticas públicas de saneamento

As mulheres negras, mães solo, populações LGBTQIA+, quilombolas e indígenas enfrentam impactos mais severos da ausência de serviços de água e saneamento, incluindo maior exposição à violência, doenças e insegurança hídrica. Dessa forma, recomenda-se que os planos municipais e estaduais de saneamento incluam diagnósticos sociais detalhados, metas específicas para populações vulnerabilizadas e mecanismos de participação e controle social efetivos nos processos decisórios.

Integração entre saneamento, saúde, habitação e adaptação climática

Os efeitos das mudanças climáticas recaem principalmente sobre populações em condições precárias de moradia e infraestrutura. Assim, recomenda-se ampliar políticas urbanas integradas que associem saneamento à preservação ambiental, criação de áreas verdes e promoção de conforto térmico nas cidades. Também é fundamental garantir instalações públicas de água e higiene — como banheiros, lavanderias sociais e bebedouros — especialmente para pessoas em situação de rua e trabalhadores informais.

Fortalecimento do controle e da participação social

O controle e a participação social devem ser entendidos como elementos estruturantes das políticas públicas de saneamento. A ocupação de conselhos municipais, conferências e audiências públicas, além da necessidade de ampliar programas de educação ambiental e formação popular sobre os direitos à água e ao saneamento são fundamentais. Recomenda-se que o Estado brasileiro fortaleça mecanismos permanentes de controle e participação social, fomente parcerias com universidades e movimentos sociais e incentive experiências de gestão comunitária da água, valorizando os conhecimentos locais e o protagonismo das comunidades.

Avançar na universalização do saneamento no Brasil exige mais do que obras de infraestrutura: requer um projeto político comprometido com justiça social, combate ao racismo ambiental, fortalecimento dos serviços públicos e garantia efetiva dos direitos humanos à água e ao saneamento para toda a população brasileira, inclusive aquelas que não vivem e nem trabalham em domicílios convencionais.

Seminários darão continuidade aos debates do II ENDHAS

Como principal desdobramento do II ENDHAS, o ONDAS organizará seis seminários presenciais intitulados Ecos do II ENDHAS, com duração aproximada de cinco horas cada, entre julho e setembro deste ano.

O primeiro evento, previsto para o Rio de Janeiro, será articulado pelo secretário-executivo do ONDAS, Edson Aparecido da Silva, em parceria com o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (Clóvis Nascimento), o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região (Vitor Soares Duque Estrada), além de Aercio Barbosa de Oliveira, coordenador do escritório regional da FASE no Rio de Janeiro, da Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde e do Observatório das Metrópoles.

O debate principal abordará a fiscalização das concessionárias privadas e a luta contra a privatização de SAAEs, com condução de Vitor Soares Duque Estrada e Aercio Barbosa de Oliveira. O evento deverá acontecer na quarta semana de julho, no

Sindicato de Engenheiros do Rio de Janeiro. O segundo seminário será realizado em São Carlos (SP), articulado por Renata Rocha, do ONDAS, em parceria com a vereadora e professora da UFSCar Fernanda Castelano, com apoio do professor e ex-prefeito Newton Lima.

A luta contra a privatização de SAAEs e o Universaliza SP serão os temas do debate, a ser conduzido por Amauri Pollachi (Ondas), pelo vereador Lineu Navarro e pela vereadora Fernanda Castelano. Este seminário deverá ocorrer na primeira semana de agosto, em local ainda a ser definido.

O terceiro seminário Ecos do II ENDHAS será realizado em Atibaia (SP), também com previsão para a primeira semana de agosto. A articulação ficará a cargo de Renata Rocha, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto de Campinas, Atibaia, Americana e Nova Odessa (Renan de Almeida), com apoio da professora Emilia Rutkowski (Unicamp). A principal sessão debaterá a luta contra a privatização de SAAEs e o Universaliza SP,



Participação da juventude: uma marca do II ENDHAS que se espera ser repetida nos seminários

com Amauri Pollachi e Renan de Almeida, presidente da Sindae. O local do evento ainda não foi estabelecido.

Já o quarto seminário ocorrerá em Pelotas (RS), com articulação de Marcos Helano Montenegro, em parceria com o SAAE de Pelotas (Sanep), a Prefeitura de Pelotas e o Sindiágua-RS. O debate tratará da luta contra a privatização de SAAEs e da fiscalização da Corsan privatizada, com a participação de Fernando Marroni, prefeito de Pelotas; Darlene Pereira, prefeita de Rio Grande (RS); Zelmute Marten, prefeito de São Lourenço; Arilson Wünsch, presidente do Sindiágua-RS e Marcos Montenegro, do ONDAS. A previsão de realização minário na terceira semana de agosto, em local a ser definido.

O quinto seminário acontecerá em Porto Alegre, também na terceira semana de agosto, com articulação de Marcos Montenegro, em parceria com a Comissão Especial de Fiscalização da Aegea/Corsan (AL-RS) e Sindiágua-RS. O debate abordará a fiscalização da Corsan e a luta contra a privatização do DMAE e dos

SAAEs gaúchos, com o deputado Miguel Rosseto, Arnaldo Dutra, Arilson Wünsch, do Sindiágua-RS, e Marcos Montenegro.

Finalmente, o sexto evento da série Ecos do II ENDHAS acontecerá em Belo Horizonte (MG), sob responsabilidade de Léo Heller, em parceria com o Sindiágua-MG (Lucas Tonaco), o presidente da ASSEMAE, Esmeraldo Pereira Santos, a vereadora Luiza Dulci (PT), da Câmara de Vereadores de BH e com o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais.

O seminário debaterá a regionalização, a luta contra a privatização da Copasa e a defesa dos SAAEs de Minas, com a participação de Esmeraldo Pereira Santos, Luiza Dulci, Lucas Tonaco, da prefeita de Juiz de Fora, Margarida Salomão, e de Léo Heller, do ONDAS. Este seminário está programado para a primeira semana de setembro, em local a ser definido.

Em todos os seis eventos haverá informes sobre o II ENDHAS e a apresentação do livro “A farsa da privatização do saneamento” (título provisório), de vários autores, a ser lançado até o final do ano pela Editora Fiocruz.



Olhares dos participantes do II ENDHAS agora se voltam para os seminários